

Marinalva mostra como Quércia e seu ex-marido atuam em conjunto

Geraldo Magela

São Paulo — A ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), Marinalva Soares da Silva, disse ontem que se os parlamentares quiserem encontrar indícios de ligação de Moreira com o ex-governador Orestes Quércia, basta reabrir a CPI da Vasp. Ela recorda que o assessor financeiro da Vasp na época da privatização, Jorge Vasconcelos Cunha, foi transferido para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), onde assumiu o cargo de diretor financeiro. A estatal é hoje o maior reduto quercista no Estado.

A atuação do diretor financeiro anterior a Cunha na CPFL, Nivaldo Camilo Campos, do esquema de Moreira, está sendo investigada pela Procuradoria do Estado e nunca foi contestada por Cunha. Campos é acusado de enriquecimento ilícito. Ele tem ligações muito próximas com Daniel Ferreira dos Reis, que aparece como acionista de pequenas construtoras beneficiadas por emendas de Moreira.



Marinalva agora envolve Quércia

ANJ reage à censura ao "disque-Moreira"

São Paulo — A Associação Nacional de Jornais (ANJ) distribuiu nota destacando a "inconformidade" com a censura imposta pela Justiça ao jornal Correio Popular de Campinas. A publicação está sendo cerceada de utilizar o "Disque Moreira", serviço que criou para que os leitores denunciassem possíveis falcaturas e atos de corrupção de um dos chamados "sete anões", o deputado Manoel Moreira. O parlamentar impetrou ação contra o jornal, que resultou na suspensão desse trabalho. De acordo com o presidente da ANJ, Jaime Sirotsky, a decisão judicial foge inteiramente ao posicionamento nacional do Poder Judiciário. Ele critica também a censura, ao dizer que a ANJ é contrária a qualquer forma de interferência no exercício da plena liberdade de expressão, assegurado pela Constituição Federal.

IstoÉ aponta operação abafa pró Cardoso

São Paulo — O suposto crime de subfaturamento cometido pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, noticiado na semana passada pela revista IstoÉ, ganhou esta semana uma nova carga. Em duas páginas, a publicação garante que o ministro e seus seguidores promoveram uma "operação abafa" para encobrir os fatos da reportagem. Nesta edição, IstoÉ, no entanto, suaviza ao afirmar que o termo "subfaturamento" tecnicamente pode ser incorreto, já que transações imobiliárias não são faturadas, "mas expressava uma realidade comprovada através de documentos do cartório de Imóveis da cidade de Unaí (MG).

Fernando Henrique disse, ontem, que as denúncias da revista não lhe atingem. "São coisas de políticos que tentam me desmoralizar temendo o futuro", afirmou.